

Apresentação

Dos escritos

O Ensino Superior apresenta-se como fase final, até certo ponto de coroamento de um processo longo, iniciado no Ensino Fundamental, em que o nível de leitura, o domínio de estratégias de leitura e produção textual, de gêneros discursivos, a capacidade de identificação de temas e de produção de inferências, de identificação de variações lingüísticas transformam-se em conteúdos a serem ensinados, aprendidos e, por fim, diagnosticados em todas as avaliações institucionais (internas e externas às escolas). Os resultados obtidos servem como descrição-representação das instituições em suas práticas discursivas, e neste nosso caso, as que priorizam o ensino de língua, e, portanto, o *trabalho de leitura e escrita* de seus sujeitos.

O Ensino Superior, nessas práticas discursivas específicas, em *seus modos de ler e dizer*, mobiliza um olhar de Juno ao pesquisador: ler suas dinâmicas discursivas em correlação com a análise do processo escolarizado de leitura e escrita, que em muito as caracterizou e que determinam, ambos (práticas e processo), o sujeito em sua constituição.

Determinados, assim, pela linguagem em suas várias manifestações e representações a partir de contextos específicos e situações de produção discursiva, os sujeitos deflagram efeitos de sentido, marcam posições, modalizam o que os determinou (a própria linguagem) e, nesse processo institucionalizado, paradoxalmente, inicia-se o *registro* de seu desempenho de leitura e escrita por órgãos oficiais:

- O INEP (Instituto de Pesquisas do Ministério da Educação) utiliza a Prova Brasil para avaliar o conhecimento de alunos de 4^a a 8^a séries do Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino, nas áreas de Português e Matemática.
- O SAEB¹ (Sistema de Avaliação da Educação Básica) promove a mesma avaliação nos Estados e na Federação.
- O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) combina os desempenhos da Prova Brasil e do SAEB com as taxas de repetência dos alunos.

¹ O SAEB é responsável por essa avaliação, que é aplicada em todo país, de forma amostral, a cada dois anos, nas quartas e oitavas séries do ensino fundamental e no terceiro ano do ensino médio. O Sistema de Avaliação da Educação Básica utiliza uma mesma escala de pontos para todas as séries.

- O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) avalia o desempenho de estudantes em todas as áreas de conhecimento propostas pelo Ensino Médio. A avaliação é interdisciplinar.
- O ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) avalia o desempenho de universitários em suas áreas específicas de formação e inclui questões comuns aos cursos, de formação geral.

Alguns dados mais recentes dessas avaliações apontam (números referentes à avaliação de 2005):

43% dos alunos que terminam o Ensino Médio em São Paulo apresentam notas inferiores a 250 (patamar considerado mínimo para alunos de 8ª série do Ensino Fundamental II) em avaliações sobre desempenho de leitura e escrita promovidas pelo SAEB.

15,2% apresentam desempenho esperado por alunos da 4ª série do Ensino Fundamental I.

Caso alunos e escolas particulares fossem retirados dos resultados acima, os índices piorariam.

A média obtida pela 8ª série da rede privada (285,8) é maior que a do 3º ano do Ensino Médio da rede estadual (253,6).

Fontes: Ministério da Educação - <http://portal.mec.gov.br>

- O IDEB (lançado em 26 de abril de 2007) do país é de 3,8 (a média dos países desenvolvidos segundo a OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – é de 6,0).
- O ENEM de 2006 avaliou que os 621 colégios estaduais de São Paulo obtiveram nota abaixo de 50 (em 100 possíveis). A média geral das escolas estaduais ficou em 38,42. Dos 621 colégios, 69% ficaram abaixo dos 40 pontos.
- O ENADE de 2006 registrou conceitos 1 e 2 (de 1 a 5) para 30,2% dos cursos de instituições particulares de ensino superior e 16,9% para as públicas.

Este simbólico reconstruído estatisticamente (considerando-se nele os desvãos de linguagem próprios de tais registros) é entremeado por um imaginário – que endereça à escola demandas da ordem do impossível – interceptado por parâmetros, diretrizes, orientações, organizados em documentos oficiais que ditam os referenciais a serem considerados no trabalho com a leitura e a escrita institucionais. Tais números mobilizam ações institucionais amplas, como modificações e adequações em Diretrizes Curriculares Nacionais (no caso dos cursos de Letras e Pedagogia), nos PCNs (no caso dos Ensinos Fundamental e Médio), além de um sem número de propostas de cursos de formação docente e discente. As escolas, por sua vez, tentam se organizar (e ostentam um discurso que os represente) em projetos multi, inter e transdisciplinares.

Por entre esses dados todos, nosso olhar tentou mobilizá-los ao invés de fixá-los pela descrição e pela mais recorrente leitura que dela se faz: a escola (ainda que com toda essa estrutura, esse diagnóstico, preocupações, projetos e avaliações) forma mal seus alunos, as universidades formam mal seus profissionais (em nosso caso, os licenciados), em decorrência disso, os alunos não sabem ler e escrever e os profissionais não sabem ensinar a ler e a escrever.

O que faria os indicadores representarem o inverso das intenções e das projeções dessas práticas institucionalizadas?

Produzimos *gestos de interpretação* sobre esse questionamento, por intermédio dos pressupostos analíticos e metodológicos da Análise de Discurso (AD) de linha francesa. Interpretamos os modos de ler e dizer do sujeito que se mobiliza institucionalmente, em suas práticas discursivas, e deixa a ler, por entre suas produções, efeitos de sentido singulares, construídos sobre/sob uma memória, uma história, uma cultura, uma língua, sobre escritos e escritas.

Por entre a *descrição* (o registro de resultados), as modificações em documentos oficiais em decorrência dela e os projetos de formação docente e discente que tentam cobrir os desvãos formados entre um e outro movimento (resultados-modificações-ações), há a *interpretação* e os efeitos produzidos por posições subjetivas determinadas por uma memória institucionalizada (o arquivo escolar com suas práticas legitimadas) e uma memória constitutiva (o interdiscurso constituído pelo diálogo entre formações discursivas). Entre um *processo significado* – pelo Outro, pela cultura, pela linguagem, pelas instituições –, demarcador, muitas vezes, de *um* caminho a ser trilhado (daí talvez advenha o tratamento escolarizado dado à língua, à literatura, à redação), há um *processo significante*, construído em redes e operador de trilhamentos.

Nosso olhar posiciona-se entre os dois processos, lendo-os em suas dinâmicas e rastreando desvios e desvios que possam indicar a recondução de práticas discursivas de leitura e escrita em ambiências escolares e, desse modo, a promoção de condições para que o sujeito se revele *na(o)s* e *por entre* instituições, práticas, escritos e não somente *por eles*. E, ao se revelar, auxilie a redefinir os parâmetros, as diretrizes, os instrumentos de avaliação sobre o *dito* e o *lido*, e a conduzir os olhares institucionais para os *modos de ler e dizer* do sujeito.